

A COMUNA

SEMANARIO COMUNISTA ANARQUISTA

ANO IV — SÉRIE II

PREÇO 20 — AFRICA 25 — ESTRANGEIRO 40

N.º 18 (108) — 15-7-923

Redactor principal:
António Teixeira

Editor:
António José d'Almeida

PROP. DO GRUPO EDITOR DE A COMUNA

RED. e ADM.: Rua do Sol, 131 — PORTO

CORR.: APARTADO 17 — PORTO

Administrador:

José Rodrigues Reboredo

Comp. e imp. na Tip. A INTERMEDIARIA, Porta do Sol, 23

Problemas de actualidade

OS PRIMEIROS MOMENTOS DA REVOLUÇÃO LIBERTÁRIA

I

Todos os países — o próprio Japão, a China, as Índias e certas tribus africanas — começam a despertar para a vida consciente, para a vida mais ou menos livre. A inspiração revolucionária e libertária, afirma-se por toda-a-parte. Mas, constatando o facto, surge logo esta pergunta:

— Como fazer a revolução libertária?

O ponto-de-partida desta revolução é a liberdade do indivíduo, e, por conseguinte, a liberdade da cidade e da vila, quer dizer, a Comuna Libertária na plena posse da sua autonomia e dos seus direitos de livre entendimento.

Dadas as condições dum fortíssimo e violentíssimo protesto económico, é preciso procurar, no seio dele, as possibilidades duma revolta social; e, no caso dum bom êxito, devemos começar, sem perda de tempo, a socializar tudo na localidade revoltada, suprimindo, não somente o patronato económico, mas também o patronato «político», para se organizar imediatamente o regime comunal, dando-lhe, tanto quanto possível, a feição comunista-anarquista.

Desde o seu princípio estas comunas embrionárias devem federar-se livremente, algumas vezes através do espaço, mas fora de toda a base nacionalista, regional ou patriótica. Só assim se dará início à organização das cooperações livres.

A socialização dos chamados municípios deve estar intimamente ligada à socialização das riquezas (minas, campos não cultivados individualmente, cor-

rentes de água, florestas, etc.), dos transportes, das comunicações e da grande, média e pequena indústria.

Mas, em caso algum, esta socialização deve entrar a possibilidade das iniciativas individuais, nem limitar, pela violência, o trabalho livre, tanto industrial como agrícola: — é pelo raciocínio, pelo exemplo e pela prova irrefutável da possibilidade e da superioridade do regime libertário que nós esperamos conduzir os povos recalcitrantes ao comunismo-libertário.

Nunca esqueçamos o exemplo dos pobres tecelões de Rochdale que, em 1844, fundaram uma cooperativazinha de consumo. Este movimento cooperativo, iniciado por uns quarenta «pobres diabos», assumiu tam grandes proporções que tende a tornar-se universal, organizando internacionalmente a troca e os depósitos de tudo o que carecemos.

Na localidade onde possam fundar-se comunas libertárias, elas devem federar-se imediatamente com as outras comunas do mesmo género das localidades diferentes: e, por esta forma, se formará um núcleo de vida nova. Nas trocas «internas» suprime-se o dinheiro, embora êle tenha de se utilizar para as trocas «externas». Os depósitos de produtos para o consumo e a troca devem ser organizados sem «fronteiras» e sem chefes.

Nessas localidades onde se fundaram as comunas libertárias, deve-se lutar intemeratamente contra o Estado, contra a ditadura — tenha ela o nome

que tiver — e contra a comuna estatal. Igualmente se deve lutar pelos direitos da Federação Libertária com todos os seus postulados, e pelo direito de livre associação (cooperativas agrícolas e industriais, colónias libertárias, colónias-escolas, agrupamentos diversos de libertários isolados, etc.). E todos êstes agrupamentos deverão federar-se *internacionalmente*, organizando, assim, harmónica e racionalmente, a vida sem dinheiro e segundo os dados estatísticos das possibilidades da produção e da troca.

Resumamos, porém, aquilo que concerne às cooperativas libertárias. Tomemos uma localidade revoltada.

Todas as empresas que exploram a mão-de-obra, serão expropriadas. Assim, todas as riquezas sociais — agrícolas, industriais, mineiras, etc. — encontrar-se-hão à disposição dos trabalhadores.

Segundo a evolução libertária e as diferentes tendências da comuna, essas riquezas, serão, em parte, internacionalizadas; em parte, comunalizadas; em parte transformadas em cooperativas livres, e — tanto quanto possível — em cooperativas libertárias. E são estas últimas que nos interessam.

Pelo derramamento dos seus produtos, podem-se apresentar dois casos: ou as cooperativas libertárias fazem contratos com as comunas ou com os agrupamentos das outras localidades, ou reservam toda a sua actividade produtora para uma Federação exclusivamente anarquista que lhes forneça, entre outras coisas, os produtos indispensáveis à vida. Mas isto, bem entendido, no caso em que comuna ainda não seja libertária. Tenhamos, porém, sempre em vista que a organização de armazens de produtos para troca, e de cooperativas de consumo, são indispensáveis desde os primeiros dias da revolução.

Numa comuna que ainda não seja libertária, mas que seja autónoma, as empresas socializadas pela sua ordem interior,

bem como toda a organização do trabalho, dependem unicamente do grupo produtor. A comuna não fixa, nas empresas comunalizadas, senão a quantidade dos produtos e as trocas. Simultaneamente, a comunidade conclui, para tal ou qual ramo de produção, toda uma série de contratos, entre outros, com as cooperativas libertárias. Em tudo — em todos os ramos da vida humana — teremos, pois, a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho associado, e a liberdade completa dos contratos, das trocas e da circulação de tudo por meio das colectividades e dos indivíduos.

VÊRA.

Aos Camaradas

A situação de A COMUNA — Necessidade de a salvar duma suspensão :: :: :: ::

A situação económica de A Comuna não é desafogada, como os camaradas viram, pelo balancete do número anterior.

Com a publicação de cada número temos um déficit de cerca de 20\$23.

Sendo assim, a sua situação económica tende a agravar-se, como já se agravou, passando o seu déficit, que, em Maio, era de 795\$40, para 929\$61, durante o mês de Junho.

A edição de cada número fica por 417\$79; e, deduzindo permutas, jornais gratuitos e 10% para devoluções de recibos e sobras, encontramos uma receita, apenas de 397\$56.

E, ainda esta sofrerá diminuição se não houver persistência na cobrança que, apesar de tudo, se encontra atrasadíssima, tendo também a contrariarmos a constante devolução de recibos.

A necessidade da publicação de A Comuna impõe-se, pois, como um dever a todos os camaradas, que devem salvá-la

duma suspensão, evitando assim o desaparecimento do único órgão Anarquista em Portugal.

Muito tem concorrido para a sua manutenção todo o auxílio monetário que vários camaradas, em especial os que residem na América, lhe tem prestado.

Mas isto só não basta, por ser uma receita voluntária e eventual.

A sua vida só será de facto assegurada, aumentando a sua tiragem.

Actualmente imprimem-se cerca de 2.100 exemplares. Com um pouco de tenacidade, persistência e boa-vontade dos camaradas, em especial do continente, desenvolvendo a sua venda em todas as localidades, elevando a sua tiragem, pelo menos, a 2.500 exemplares, que apenas nos creará um encargo de mais 25\$00, mas, em compensação, nos daria uma receita de 80\$00, que, cobrindo o déficit de 20\$23 que actualmente se verifica em cada número, observaríamos com satisfação para a prosperidade do jornal, um saldo efectivo de 59\$77, isto enquanto de novo não se agravar a manufactura do mesmo.

Apelamos, pois, para os verdadeiros apóstolos do ideal, para que, por todas as formas, procurem garantir a vida de *A Comuna*.

O Grupo Editor.

GRUPO EDITOR DE «A COMUNA»

Por intermédio dos camaradas do Grupo *La Vero* de Lisboa, recebemos a importância de 44\$76, produto da venda de dois dólares, remessa do nosso camarada e assinante da América: Manuel Martins, de New Bedford Mass.

Da supracitada importância retiramos 20\$80 para assinatura, ficando pago até ao número 97 desta 2.ª série, e 23\$96 que registamos como auxílio à *A Comuna*.

Ao camarada Martins os nossos agradecimentos.

Acusamos também a recepção de 10 dólares que nos enviou o camarada José Martins Júnior, também da América, e que renderam 222\$00.

Retiramos 20\$80 para assinatura, ficando pago até ao número 63 desta 2.ª série, passando os restantes 201\$20 para auxílio à *A Comuna*. Aceita, pois, os protestos da nossa gratidão, e os nossos agradecimentos em nome da propaganda.

O massacre de Mulheim e a traição dos socialistas e dos Comunistas

A exaltação dos chauvinistas alemães contra os crimes dos ocupantes do Ruhr, teve o seu contra-golpe nos acontecimentos de Mulheim, onde a polícia alemã assassinou muitos operários do seu país.

Já a 20 de abril, o *Vorwaerts*, órgão oficial do Partido Social-democrático, dizia «que a situação em Mulheim era inquietante; que a cidade estava entregue aos comunistas, aos sindicalistas e aos criminosos». E, algumas linhas mais abaixo, informava: «Os armazéns estão fechados. Os carros não circulam. Numa reunião convocada pelos sindicalistas, foi resolvido declarar a greve geral por 24 horas, e apresentar as seguintes reclamações:

1.º — Libertação de todos os presos;

2.º — Organização imediata dum serviço proletariano de segurança pública; serviço que ficará a cargo de todos os organismos operários;

3.º — Desarmamento imediato das forças da burguesia;

4.º — A municipalidade de Mulheim, socorrerá imediatamente todos os feridos, dando-lhes o dinheiro e os medicamentos de que eles carecerem, e estabelecerá pensões às famílias daqueles que foram assassinados;

5.º — O município aceitará imediatamente as reclamações dos sem-trabalho e dos operários necessitados.»

Isto, com franquesa, não são reclamações de «criminosos»; mas o *Vorwaerts* continuou, todavia, com os seus ataques infames... «O movimento está visivelmente sob a direcção sindicalista e comunista.» Sabendo-se, porém, que os sindicalistas não são acessíveis a nenhuma razão política, é preciso exterminar todos os indivíduos que participam do desastre. E, qual é a atitude dos dirigentes comunistas? É público e notório que um dos pequenos ditadores comunistas de Essen dirigiu, contra a opinião dos seus partidários, um apêlo aos secretários dos sindicatos socialdemocráticos. «Estes bandos criminosos, vermelhos ou brancos, não tem nada de comum com a verdadeira luta de classes.»

A atitude dos socialdemocratas majoritários, é, pois, muito clara. Mas a atitude do Partido

comunista, não se afastou muito da atitude daqueles. Em princípio, começou por excitar os operários a proclamarem a Revolução social. Os comunistas esperavam tirar um grande partido da sua proclamação. Mas, quando os dirigentes do partido observaram que a revolução tomava outro rumo, deram ordem aos seus partidários para baterem em retirada. E, na sua imprensa, *Rothé Fahne, Ruhrecho*, começaram a explicar que «todo o movimento dos sem-trabalho se encontrava orientado por agentes franceses.» É claro que o número dos sem-trabalho é, em Essen, muito considerável. E entre eles, é muito natural que se encontrem alguns operários franceses. Pois a imprensa comunista dizia: «Os imperialistas franceses podem organizar uma guarda de «amarelos» contra os operários.»

Sempre a mesma tática socialista e comunista. Chamar às armas e fugir de travar a batalha, lançando toda a responsabilidade sobre os outros—sobre os sindicalistas ou sobre os anarquistas.

Eis os factos, na sua simplicidade, tal como no-los descrevem os nossos correspondentes:

«Os sem-trabalho manifestaram-se em frente do município de Mulheim, que se recusou a receber uma comissão de operários. Além disso, os vereadores mandaram atirar jactos de água sobre a multidão. Desesperados, os sem-trabalho apedrejaram as janelas de onde saía a água, e forçaram a porta principal do município. De dentro responderam com fogo, matando 2 manifestantes e ferindo 10. As manifestações repetiram-se nos dias seguintes. A polícia recebeu reforços; o número de mortos eleva-se a 10; e o dos feridos, a 30. Segundo os nossos informes, nenhum dos militantes deste movimento pertence ao movimento sindicalista de Mulheim. Mas, como a reunião dos sem-trabalho (antes da manifestação) se realizou na sede principal dos sindicatos, a polícia fechou-a, selou as portas e prendeu o proprietário do prédio. Foram presos 60 sindicalistas; e, muitos outros, para não sofrerem os horrores do cárcere, fugiram.»

Dando uma notícia dos acontecimentos de Mulheim, *Der Syndikalist*, órgão dos Sindicalistas alemães, diz o seguinte:

«Pode-se afirmar que os camaradas cumpriram com o seu dever de lutadores revolucionários. Nunca negaremos os nossos princípios. Os operários que caíram nas lutas de Mulheim, foram vítimas da provocação que partiu do presidente da República, que é um social democrata, e da imprensa socialista. Que as vítimas que lutaram por mais um pouco de pão e por melhores condições de vida para a classe operária esfomeada, sejam insultadas como «criminosos», como «antiproletários», e consideradas a sôdo duma potência estrangeira, é infame. Essa «honra» só pode caber aos partidos, socialdemocrático e comunista. Nós, sindicalistas, temos a coragem de guardar precisamente os lutadores de Mulheim. E, ainda que todos os que lutaram e caíram não sejam sindicalistas, nós nunca nos abaixaremos a insultá-los. Só o *Vorwaerts* e o *Ruhrecho* tiveram essa triste coragem de denunciar os membros dos seus próprios partidos—os quais participaram, assim, da luta de «criminosos e mercenários»...

O secretariado da A. I. T.

União A. Portuguesa

COMITÉ NACIONAL

O Comité Nacional da U. A. P., constata com admiração e carinho, a actividade e interesse que estão desenvolvendo numerosos camaradas portugueses residentes na América, que procuram por todas as formas vincular o seu espírito de abnegados lutadores pela causa da Anarquia.

Aqueles camaradas, apesar de separados de nós por uma extensa faixa marítima, estão moral e materialmente muito perto da nossa actividade, cooperando, duma forma digna de ser seguida por todos, para o levantamento e desenvolvimento da propaganda Anarquista em Portugal.

E a comprová-lo basta-nos a carta de incitamento e apoio, que ultimamente recebemos por intermédio do camarada Eduardo Sena, e inclusa a importância de 6 dólares para o fundo de propaganda da U. A. P.

A tam prestimosos camaradas enviamos os protestos da nossa gratidão e solidariedade Anárquica.

O mundo caminha para a direita?

O actual presidente do conselho de ministros do governo italiano, afirmou, num artigo que escreveu um pouco antes do golpe de Estado de outubro findo, o seguinte: «O mundo caminha para a direita».

Sentindo a atitude de semelhante afirmativa, uma revista democrática e republicana, de Roma, enviou, a muitos escritores e jornalistas italianos, um questionário, no qual inseria as seguintes perguntas: «*Julgais em verdade, que o mundo caminha para a direita? que tenhamos chegado á bancarrota da democracia (entendida como idea e como método) e de todo o movimento que nos conduza a uma sociedade e a um Estado assente em bases de equidade e de solidariedade?*»

Tendo eu recebido também o aludido questionário, respondi em poucas palavras. E, confesso, agora, que elas eram breves demais para que o meu pensamento pudesse sair completo. Por isso volto ao assunto, repetindo e ampliando, como se me afigura necessário, a resposta que já dei.

* * *

Hoje observa-se, em maior escala e com conseqüências mais graves, o mesmo fenómeno que, através da história, se manifestou sempre, imediata-mente, após as grandes guerras: crise económica e miséria rapidamente crescente; depressão moral, e conseqüentemente, debilitamento do carácter e da dignidade humana; predomínio da força bruta, da força armada, sobre o espírito, com o relativo desprêso de toda a idea de liberdade.

Se isto significa *ir para a direita*, evidentemente que o mundo caminha, agora... para esse lado. E o resultado é evidente: um retôrno mais ou menos encapotado dos regimes arbitrários e absolutos, nos quais toda a opposição é considerada fora da lei e privada de todos os direitos, em beneficio duma minoria dominante, sempre mais limitada, mas que se vai constituindo numa espécie de casta. Os indícios de tal retôrno observam-se não somente nas nações já decididamente reaccionárias, mas também nas nações aparentemente mais livres: as nações republicanas, democráticas, operárias, etc., sem excluir a Rússia, a qual se pode inscrever à cabeça da lista.

Antes da declaração de guerra estávamos habituados a uma concepção fatalista do progresso, concepção baseada em frases feitas, às quais se dava um valor axiomático: *não se volta para trás, a ascensão inevitável do povo*, etc., etc. Mas a história demonstra-nos, com exemplos frisantes, que não só se pode voltar para trás, descender, etc., como uma civilização pode também cair definitivamente e morrer, se não encontrar, em si própria, a força para reagir, impondo-se aos germens patogénicos que a contaminam.

Então, não haverá remédio? Há. Mas não está fora de nós: está dentro de nós-próprios. A *salvação reside em nós*, como em nós reside a vontade. O mundo não caminha para a direita em conseqüência dalguma ignota e cega fatalidade irremediável. E, apesar de todas as grandes dificuldades e das adversas condições materiais, é sempre possível mudar para a esquerda, obrigando o mundo a recommear o seu caminho para liberdades mais amplas, para uma justiça mais verdadeira e mais digna do seu nome. Com uma condição: que qualquer esforço para tal fim dirigido, tenha por base um ponto de apoio fixo; uma granítica resistência espiritual, inspirada num ideal de liberdade, que negue e suplante a prepotência inimiga e que não seja uma reprodução, ao invés, da mesma prepotência.

Não se pode ir a caminho da liberdade, senão com os meios da mesma liberdade. A utopia de nos servirmos, embora transitóriamente, da tirania para um fim de libertação, foi sempre nefasta à causa dos povos. E quem se declara paladino dessa utopia,—por mais intimamente sincero que se declare— não pode evitar que desconfiem d'ele como se desconfia dum traidor ou dum tirano de amanhã. Independentemente de toda a óptima intenção, os meios tirânicos podem, muito bem, substituir uma tirania por outra, mas nunca poderão assegurar a vitória da liberdade. Poderá ter-se a ilusão de ir para a esquerda; mas encontrar-nos hamos, por fim, orientados para a direita.

* * *

Se por «democracia» se entende uma idea e um método de governo, então devemos convir que a «democracia» fez, de-

finitivamente, *bancarrota*. A guerra foi a sua morte; e a *post guerra*, o seu espelho.

Cem experiências se fizeram em mais de um século, e todas naufragaram, depois dum êxito breve e ilusório. Todo o governo, qualquer que seja a sua constituição, a sua origem, a sua formação, tende a aumentar e a concentrar a sua autoridade, a limitar e a anular a liberdade dos súbditos; quere dizer, tende a negar, desvalorizar, a raspar das leis escritas os princípios de liberdade popular, sob cujo nome surgiu a diplomacia que logrou conquistar o poder em quase todos os Estados da Europa e da América. E com efeito: o regime democrático concluiu por negar o seu ponto de partida, ao encontrar-se alcandorado no poder.

E' nisto que consiste a *bancarrota* da democracia de governo; e não nos devemos admirar se, no fim, também a palavra é posta de parte, sendo abertamente renegados os seus princípios.

A democracia serviu a uma gente nova para subir ao poder, ocupando o lugar da gente velha; mas, uma vez que ali se instalou, sentiu a necessidade de dar um pontapé na escada que lhes serviu de apoio, para que outros indivíduos não podessem, por sua vez, utilizar-se dela; e para consolidar o seu poder, demasiadamente jovem, contra as aspirações duma liberdade mais ampla que os seus súbditos manifestassem.

Mas se, por «democracia» se entende,—e pondo de parte o seu significado etimológico para nos firmarmos na inspiração idealística que a *inventou*— não um sistema de governo, mas sim uma concepção do progresso humano, segundo a qual a autoridade Estado se vá eliminando cada vez mais, aumentando, por isso, a liberdade dos cidadãos—no sentido duma maior liberdade individual, ou no sentido de que esta liberdade seja extensiva ao maior número possível de cidadãos—tal democracia não fez *bancarrota*, como nunca a podera fazer, haja o que houver.

Não tratando-se dum sistema preciso, preestabelecido, senão duma tendência, duma vontade de realização futura, dum objectivo que sempre se pode alcançar, pelo menos em parte, semelhante «democracia» —perdõem-me o uso impróprio duma palavra tam desacreditada— pode sofrer derrotas hoje, mas triunfará amanhã. A sua *bancarrota* seria concebível se se podesse conceber a morte, nos

homens, de todas as aspirações de liberdade, o que é impossível: é demasiadamente imenso o número dos homens para os quais a necessidade da liberdade é tam forte, como a necessidade de amor e a necessidade de pão!

Mas o erro dos partidários dos sistemas democráticos de governo é considerar que a liberdade popular depende da forma de governo; que a democracia governante pode garantir seriamente ao povo uma dada soma de liberdade. E não é assim. Qualquer que seja a forma de governo, o povo não terá, nunca, mais liberdade do que aquela que seja capaz de conquistar, de exercer, de conservar e de defender *por si-próprio*, independentemente e também contra o governo. A forma democrática de governo é uma forma de adaptação de governo às crescentes exigências da liberdade dos súbditos. São estas exigências crescentes as que determinam a democracia de governo; mas se elas cessam, cessa também toda a democracia: primeiro cessa de facto, conservando as aparências democráticas; e depois, sob um pretexto qualquer, cessa também de nome para dar lugar à ditadura e ao absolutismo abertamente confessados.

O movimento social baseado no sentido duma transformação assente na equidade e de solidariedade humanas, não fracassará se, apesar de cada derrota transitória, encontrar um número suficiente de pessoas que «queiram» fazê-lo prosseguir, propagandeando-o no meio do povo e desenvolvendo nele o espírito de iniciativa e de sacrificio, e não confiando em qualquer acção democrática de governo, antes habituando-o a conquistar, a defender e a exercer directamente a sua liberdade.

No princípio, os resultados serão pouco visíveis, porque, nesse princípio realizam-se não, mais do que qualquer outra coisa, conquistas de carácter espiritual, de valor moral que, sem dúvida, ajudarão a manter muito alto, embora no meio dum povo material e politicamente oprimido, o sentimento da dignidade humana. Mas somente por este caminho poderá alcançar-se — e alcançar-se há, inevitavelmente antes e depois, se se persistir, bem entendido — a libertação integral.

LUIS FABBRI.

COMO NÃO SER ANARQUISTA?

Preço \$20; pelo correio \$30.

À VENDA NESTA REDACÇÃO

LITERATURA

NA ALDEIA...

O sol morria ao longe! O sino da capela
Tocava sem cessar, o dobre de finados...
Morrera lá na aldeia uma grácil donzela,
Que nunca confessou, ao padre, os seus pecados.

O povo ia resando à «louca», à «falsa» estrela
Que renegara a fé dos seus antepassados!
Ela queria a vida, intensa e tam singela,
Que dá felicidade aos próprios desgraçados...

Quanto escutei a voz daquela gente rude,
Daquela gente inculta, então eu soube e pude,
Analisar a força, enfim, do missionário:

O padre engana o povo e mata-lhe o sentir;
O fim da religião reside no mentir,
Que leva ao sabujismo o pobre proletário...

A. ALVES PEREIRA.

DIREITO DE PROPRIEDADE

À entrada dum bosque, vasto e frondoso, havia uma grande aveleira. As avelãs estavam maduras; e, num dia quente de agosto, passou, perto da árvore, uma raposa.

—Esta aveleira é minha—disse de si para consigo a raposa. E, dando um salto, foi cair num dos ramos, onde se acomodou o melhor que pôde.

—Sá de aí, ladral—exclamou uma vez débil.

—¿Quem é que me manda sair daqui?—vociferou a raposa, estirando-se e olhando para a direita e para a esquerda. Ao cabo dum instante viu que, ao pé da aveleira, estava um rato.

—¿Queres continuar o teu caminho e deixar-me as avelãs?—preguntou o roedor.

—As tuas avelãs!—replica ironicamente a raposa. Tem juízo! E sem mais cerimónias começou a devorar, avidamente, os frutos.

—Mas queres ou não deixar-me as avelãs, grande velhaca?

—Vejamos—condescendeu a raposa. ¿Com que direito te pertence a aveleira?

—Ah! queres saber? Pois ouve: a aveleira pertence-me

em consequência do princípio *jus primi venientis*, que quer dizer, pelo direito do primeiro que chegou.

—Muito bem, querido ratol! Mas eu aproprio-me da aveleira em consequência do princípio *jus primi occupantis*, ou, por outros termos, pelo direito de primeiro occupante. A força suprime o direito. E eu sou mais forte: por conseguinte, tenho supremacia sobre ti. Compreendes?

—¿Que fazes aqui?—gritou um corvo, atraído pelo ruído da discussão.—Exijo que deixes as minhas avelãs; de contrário, espera-lhe pela volta.

—Desculpe-me, senhor—contestou a raposa. Sou eu quem acaba de descobrir esta árvore.

—Que tenhas descoberto a minha aveleira, está bem. Mas, ¿em que direito te baseias para seres a dona dela?

—Tomei posse dela em virtude...

—Sim, tomaste posse dela, simplesmente. Mas, agora, eis-me aqui: volto a recuperar o que era meu.

No momento em que o corvo ia a precipitar-se sobre a raposa,

caiu sobre eles uma saivada de pedras que os obrigou a fugir precipitadamente.

—Vêde que desavergonhados!—exclamou ruidosamente um grupo de crianças que vinha apanhar as avelãs.—Para castigo deles não lhes damos nada. E, tirando os bonés da cabeça, começaram a enchê-los com o precioso fruto.

—Estáis muito contentes, sim senhor!—regouga o guarda daquele bosque ao apanhar as crianças em flagrante.—Permiti, jovens ladrões, que vos conduza ao bom caminho para vos evitar, de futuro, falsas ideias sobre o sagrado direito de propriedade.

E puxou-lhes furiosamente as orelhas...

—Eis os ramos que nos convêm—interrompe um cabo que chegava com a sua escolta.

E, dito e feito: pega no machado e prepara-se para cortar alguns ramos da aveleira. Ao dar a primeira machadada, exclama, radiante de alegria:

—Era disto mesmo que necessitavamos para fazer vassouras...

—Alto lá!—vocifera o guarda do bosque.

—E' você o proprietário?—interroga o cabo. Certamente que não. Pois, então, bico calado.

—Mas sou o guarda do bosque.

—E que tem isso? Você não tem o direito de cortar esta aveleira; mas eu tenho.

—Está doido, com certeza. ¿Por acaso já foram abolidas as leis sobre a propriedade?—objecta o guarda.

—Neste caso, foram! meu amigo. Quando falamos as armas, calam-se as leis. E se você deseja acompanhar-me a casa do proprietário para lhe mostrar a requisição que tenho aqui...

—Pois sim.

—Então vamos lá—rematou o cabo.

Apenas deixaram o local, chegou um engenheiro dos caminhos de ferro, acompanhado dum enorme trôço de trabalhadores. O engenheiro colocou o seu nível, calculou, mediu, tomou notas num livro de apontamentos e distribuiu os seus operários.

—Derrubem, primeiro, esta aveleira—ordenou êle, imperiosamente.

Mal acabou de pronunciar estas palavras, os operários executaram logo a ordem.

—¿Com que direito mandou cortar a minha aveleira—exclama estupefacto, o proprietário, a quem tinham ido chamar.

—Em virtude da lei de ex-

propriações por utilidade pública—replica o engenheiro.

—Está bem, senhor—responde o proprietário.—Queira desculpar.

E, satisfeito com esta explicação, o proprietário foi-se embora.

—Isto é que se chama usurpação legal sobre o direito de propriedade—ajuntou o cabo.

—Em virtude do que foi o último a chegar—grita o feitor.

—Apressomo-nos agora a colher as avelãs—murmuram, entre si, as crianças.

—Protesto—argui o corvo.

—Que alguém venha agora afirmar-me que existe um didireito de propriedade!—exclama, com fadiga, o rato...

AUGUSTO STRINDBERG.

CONTRA O FASCISMO

Centro Comunista
Libertário, Pôrto

A Comissão Administrativa deste Centro convida o povo trabalhador a assistir a uma sessão de protesto contra a organização do ferz fascismo em Portugal.

Principia às 16 horas precisas, hoje, domingo.

Pela Liberdade e pela Vida... todo o sacrifício é pouco.

Grande alarme

Os cotidianos belgas, incluindo *Le Peuple*, órgão da democracia socialista, mostram-se muito admirados, com um roubo, na importância de 500 mil francos, feito ao exército. O roubo foi feito da seguinte forma: na rua de tal, havia um grande depósito de farrapo para exportação. E o dono desse depósito fazia bom negócio, especialmente na Polónia. Ora o farrapo era feito especialmente de vestimentas militares. Alguns oficiais do exército, naturalmente como a vida está cara, mandavam lá vender as fardas dos soldados, que se enchiam de pó nos cabides dos quartéis, para apurar alguns cobres. E o Estado, que rouba o povo, não gostou que os seus servidores o recusassem. De aí o escarcêu, a prisão dos delinquentes, o diabo a quatro e os aculamentos da imprensa no castigo aos criminosos que «desonram a nobre arte das armas».

Em nossa opinião, os oficiais foram lógicos. Se as fardas haviam de ser destruídas na guerra, sem proveito para os que lá andavam, ao menos eram destruídas em tempo de paz, em proveito dos negociantes... milicianos.

Não vemos, pois, razão para tanto barulho.

MOSCOU OU BERLIM?

A todos os militantes e não militantes da organização operária; a todos os leitores de A COMUNA, anarquistas ou não anarquistas

Mas, quando estalou a revolução bolchevista, muitos dos nossos amigos confundiram o que era revolução contra o governo precedente e o que representava um novo governo que vinha sobrepôr-se à revolução para a conter e dirigi-la segundo os fins particulares dum partido; e, à sombra desta confusão, quase todos se declararam bolchevistas.

Em verdade, talvez os nossos amigos bolchevizadores entendam por ditadura simplesmente o facto revolucionário dos trabalhadores que se apossaram da terra e dos instrumentos de trabalho, e que procuram, agora, constituir uma sociedade, organizar um modo de viver que não dê margem à aparição duma classe que explore e oprima os que produzem.

Assim compreendida, a ditadura do proletariado seria o poder efectivo de todos os trabalhadores, ocupados em demolir a sociedade capitalista, poder que se transformaria na Anarquia tão depressa quanto mais depressa tivesse terminado a resistência reaccionária, não podendo ninguém obrigar a massa popular a obedecer e trabalhar para outrem. Esta ditadura do proletariado significaria ditadura de todos, e não seria uma ditadura propriamente dita, pela mesma razão que o governo de todos não é governo, no sentido autoritário, histórico e práctico da palavra.

Mas os verdadeiros partidários da ditadura do proletariado não o entendem assim — estamos a vê-lo na Rússia. Neste país, o proletariado desempenha o papel do povo dos regimes democráticos, quere dizer, serve unicamente para ocultar o estado real das coisas.

Mas nós, que somos anarquistas, devemos ficar anarquistas, e agir como anarquistas antes, durante e depois da revolução.

ERRICO MALATESTA.

Conversemos mais um pouco, na medida dos nossos poucos recursos, à cerca do piramidal documento parido no anfiteatro intelectual dos nossos conspícuos 21 camaradas já conhecidos.

No capítulo *Os ataques à I. S. V.*, procurando um efeito de gambiarra apoteótico, a fim dos olhares dos espectadores inadvertidos serem colhidos por um pasmo estranho, os 21 apologistas dos patriarcas do Kremlin declaram que os «paladinos virtuosos da autonomia sindical quase se prostraram de joelhos ante a revolução russa, correndo a dar a adesão dos seus organismos centrais à Internacional Comunista»... E como sucedeu que esses «paladinos virtuosos da autonomia sindical», caindo em si, reflectindo melhor após uma dolorosa análise da dura e palpável realidade dos factos, des-

sem o dito por não dito e se tornassem inimigos declarados do governo moscovita e da sua internacional política — os mesmos 21 compinchas esbarrandaram de encontro ao poste desta extravagante pergunta: «Quem pode tomá-los a sério?» — como quem diz vitoriosamente: *Ah! que vos pilhamos...*

E, na verdade, fomos pilhados todos, pilhados em flagrante delito de boa fé, pilhados no perigoso bêco da desilusão cruel...

Quando o povo russo, com o auxílio de todas as avançadas idealistas, despedaçou os grilhões da tirania tsarista; quando o sistema dos sovietes de 1905 e de 1917 proclamou a sua soberania federalista; quando os actuais ditadores e os seus partidários, *mais afortunados e mais habilidosos, que os outros*, — como Angelo Pes-

taña o disse no II Congresso da III Internacional — se apoderaram do poder pela via audaciosa do seu famoso golpe de Estado — a sensibilidade revolucionária de todos os propagandistas das novas ideias de renovação social encandeceu o mais rubramente possível. O entusiasmo excessivo levou-nos, a todos, a collocarmo-nos, por assim dizer, incondicionalmente ao lado da Revolução Russa e dos seus alcandorados directores...

E' que, como Krapotkine, todos supuzeram também que a Revolução, que os golpistas leninicos e trotskianicos, tendiam para a continuação da obra da Revolução francesa, que *estacou há cento e vinte e tantos anos...*

Mas mais tarde, porém, com grande pesar dos acérrimos partidários da mais pura liberdade, fomos também vendo, como o inesquecido Krapotkine, que «infelizmente esta tentativa foi empreendida, na Rússia, sob a forma de ditadura severa e extremamente centralizada de um partido — o partido dos maximalistas da Social democracia, e moldada totalmente na centralista e jacobinista conspiração de Babeuf»; fomos também vendo que o «desejo de construir uma República Comunista, baseada num comunismo estatal, estritamente centralizado, com um governo de ferro que realiza a ditadura dum partido, está terminando numa falência»; fomos também aprendendo na «Rússia que o comunismo não pode ser introduzido desta maneira, ainda mesmo que as populações, fartas do velho regime, não oponham uma séria resistência às experiências interpretadas pelos novos dirigentes»...

E' quando nós, os Borghi, os Pestaña, etc., começamos a compreender e a vêr tudo aquilo, que o próprio Lênine comunica ao X Congresso do Partido Comunista Russo que «o povo — os camponeses sobretudo — não está ainda ao nível dos princípios comunistas. A propriedade privada e o comércio livre devem ser restabelecidos. Daqui em diante, o melhor comunista será o que souber concluir o melhor contracto», isto é: o que melhor fôr negociante... A revolução de outubro, pois, ficou a declinar no horizonte das traições... evolutivas do recuo...

Era de esperar que a sinceridade ditatorial dos Lênine, Trotski, Zinovieff, Bucarine, Tchitcherine, etc., combatesse de preferência a reacção capitalista, deixando os revolucionários libertários na defeza in-

tegral da revolução, isto é deixando que eles educassem o povo nos verdadeiros princípios do comunismo livre, facilitando-lhes, conforme vários acordos atraídoos, a divulgação da sua propaganda. Nas regiões onde o grau de cultura moral, intelectual, profissional e social estivesse mais desenvolvido, menor devia ser a pressão autoritária da ditadura governamental, começando-se, praticamente, a entrar em regime libertário da população livremente entregue aos seus directos e próprios destinos. A Revolução não perigava por isso: com mais vontade as populações libertadas acorreriam às armas para repeller o inimigo quando êle surgisse...

Desgraçadamente, apesar do jornal *Pochin*, de Moscovia, dizer que a «Rússia soviética é o único Estado no mundo onde o anarquismo — ausência de autoridade governamental — está oficialmente reconhecido como ideal de progresso social»; apesar do Estado ter erigido a Bakounine um monumento; apesar do presidente da Cheka ter dirigido aos presos anarquistas estas palavras: *vós sois os nossos herdeiros*; apesar de «em nenhum outro país, senão na Rússia, o movimento Anarquista» ter «prestado tanto auxílio às autoridades, cooperadores na experiência russa»; apesar de quase todos os anarquistas russos, com muito poucas excepções, terem aderido «a êste ponto de vista, tanto na ocasião da revolução de Novembro, como no primeiro período que se lhe seguiu» — apesar disso tudo, «tais relações mútuas», que «deveriam contribuir especialmente para as condições favoráveis ao desenvolvimento do Anarquismo», deram justamente resultados contrários...

O programa comunista de Bucarine pôz a questão a claro, para que não houvesse dúvidas à cerca dos intuitos preconcebidos pelos cinco chefes bolchevistas que constituem, a um tempo, o governo e o comité central do partido comunista da Rússia. A respeito do Estado diz êle: *Como qualquer outro Estado, também o Estado proletário (é claro, o termo «proletário» é a capa da hipocrisia com que encobrem a tirania neo-marxista) é uma organização da classe dominante.*

Compreende-se: a classe dominante é o partido comunista. E é precisamente por isso que Bucarine afirma no mesmo programa «ser impossível haver uma nação livre, enquanto houver uma outra nação escrava,

embora seja no país do esquimáus...

O mesmo se dá com os indivíduos; enquanto houver escravos, não se pôde afirmar que se vive em regime de liberdade, e este não se consegue por meio de ditaduras, de perseguições, de autocratismos, de predomínios, por mais vermelhos que eles sejam...

De maneira que a liberdade sempre só virá para o ano 6.000...

Logo, de harmonia com o materialismo daquela teoria bolxevista, todos os livros, folhetos, panfletos, edições novas ou antigas dos anarquistas, dos tolstoiianos, dos sindicalistas revolucionários não *governamentalizáveis* ou *governamentalizados*, dos avançados, enfim, que proclamam a necessidade da revolução tomar uma outra directriz de maior progresso e liberdade — são apreendidos como nos ominosos tempos do nefasto tzarismo, com o respectivo acompanhamento de detenções... E como a ingratidão bolxevista pratica destas violências, a «experiência vai dissipando muitas alucinações e as fileiras dos Anarquistas Sovietistas estão enfraquecendo cada vez mais».

¿Sabem os nossos 21 camaradas do fenomenal manifesto o que significa o enfraquecimento daquelas fileiras?

Significa a desilusão dos Borghi, dos Pestãia russos que, vendo a revolução russa cair numa lamentável mistificação, vítima da autocrática e vermelha conspiração bolxevista, do autocrático e vermelho atentado do partido comunista, entendem que o seu lugar é noutra sítio e que toda a sua acção deve tender ao combate estrénuo contra os estranguladores da Revolução russa, por mais lenínicos que eles sejam, por mais comunistas ditatoriais que eles se apresentem...

De maneira que, em presença desta reviravolta e tirania dos Losowski trotskizados e zinovieffados, perguntam os que se deixaram iludir, impulsionados pelos primeiros entusiasmos: ¿Quem pode tomá-los a sério? E, indignados, retiram-se da Internacional Comunista e do seu grande quartel — da I. S. V....

Mas há mais, srs. 21 militantes, clarividentes e sabedores inconfundíveis das questões internacionais; há mais, mas logo falamos, para não ganharmos queixa de peito...

PORQUE NÃO CREIO EM DEUS

Preço: 1\$00, pelo correio 1\$10
A VENDA NESTA REDACÇÃO

EM GAIA

AS INFAMIAS DOS SENHORIOS

A cumplicidade das autoridades e o apoio de entidades médicas no cometimento das maiores violências contra inquilinos
:: :: :: O Prémio da sua obra :: :: ::

Para relatarmos os casos infamíssimos que, dia a dia, os senhorios cometem contra indefesos inquilinos, com a cumplicidade das autoridades e outros mandões, seria imprescindível queas oito páginas desta publicação se devotassem a estes actos de injustiça, e, ainda assim, ficaria muito por dizer.

Há casos que revestem a maior das torpezas e a maior das ignomínias.

Há alguns meses que o senhorio Valentim António, das Devezas, rua Conselheiro Velloso da Cruz, movia contra os seus inquilinos uma acção de reivindicação de prédio, que era habitado por cerca de 100 criaturas.

Como o resultado da acção movida seria demorada em virtude da impugnação dos inquilinos, o novo mas já despótico senhorio, conseguiu, para abreviar a posse do prédio, talvez por meio de suborno, uma vitória que lhe satisfizesse a ambição, atirando imediatamente com todos os inquilinos à rua, isto há seguramente um mês.

Um protesto dos inquilinos conseguiu novamente colocar os mesmos nas suas habitações.

O senhorio, criatura sem sentimentos, é que não podia conformar-se com tal resolução.

Imediatamente e de novo reincidiu no seu violento propósito. Conseguiu que o delegado de saúde considerasse o prédio sem condições higiénicas; que a autoridade administrativa lhe desse forças da guarda, e, zás... num dos primeiros dias da pretérita semana conseguem violentamente atirar com os inquilinos e os seus haveres à rua, demolindo em seguida o prédio, com o auxílio da força e com uma ferocidade de verdadeiro animal inferior.

De facto, o prédio não reunia as necessárias condições higiénicas mas, convem frisar que, apesar disso, no período em que o tifo estendia, por aquela localidade, as suas garras, nunca um só caso de epidemia se lá verificou.

Patenteou-se, portanto, o interesse mesquinho dum homem

que não se condoi com o mal estar dos inquilinos.

¿Quem pode, com serenidade, ser espectador de semelhantes quadros?

Que responda o senhorio; que cante a vitória do seu acto; que mostre aos seus filhos a recompensa do seu gesto: foi para o hospital, à morte e quase que ia para o comitério.

¿Quem são, pois, os criminosos? ¿Os que num acto de desespero o atacaram? Não! Estes, para nós, são apenas o efeito duma causa. Os verdadeiros criminosos são o senhorio e os que o acompanharam.

Sem alojamento, todos os inquilinos, inclusivê as criancinhas, se instalaram num campo, sem nada que os cobrisse.

As noites húmidas já patentearam a sua ingratidão sobre aqueles corpos: grande número deles nem falar podem, atacados de *laringite*.

Que se reveja na sua obra humanitária o senhorio, bém como a autoridade administrativa e a sumidade médica que ditou o despejo.

A acção de reivindicação estava sendo julgada no respectivo tribunal.

¿Como justifica, pois, a autoridade administrativa; com que interesse foi que o sr. Victor Maria Martins saíu fora das suas atribuições e tam violentamente cooperou numa obra infamíssima? ¿Diga, sapientíssima autoridade, diga, quais eram os seus intuitos?

E, a propósito... ¿porque se negou, há meses, a cooperar num assunto altamente moral e digno que uma delegacia de operários lhe solicitou, evitando que um grupo de malandrins e ociosos de Coimbrões se utilizasse dum optimo terreno cultivavel, no mesmo lugar, deixando que o transformassem numa arena esteril do estúpido football?

¿Porque estava fora das suas atribuições? Não! Foi porque o assunto não garantia interesses materiais!...

Quanto ao prédio, ¿seria aquêlo o único que, em Gaia, no Porto, ou mesmo em todo o

país não oferecia condições higiénicas?

Que nos responda agora a sumidade médica, também com interesses no assunto, pois outra forma não se compreende a sua deshumanidade!

¿Porque não é extensivo o seu amor pela vida do povo, mandando, já, demolir todos os bairros e ilhas, verdadeiros antros, onde agonisa e definha a mais numerosa falange dos trabalhadores? Compreendemos, compreendemos agora! Nesta sociedade, só pode viver quem sabe ser um verdadeiro patife, um verdadeiro canalha!...

E o povo, os inquilinos, os trabalhadores, quam pacientes se mostram ante tam inconcebíveis assaltantes...

Ah! mas se um dia desperta... não lamentem os senhorios a violência do seu gesto: êle será apenas um reflexo de séculos de exploração e tirania!... Será a liberdade e a Vida, a substituindo a tirania e a morte...

Por despacho judicial, há dias tornado público, foi imposto ao senhorio e ao administrador o encargo de novamente reedificar os prédios tam selvaticamente demolidos pelos *dois degenerados* e seus acólitos automáticos, para de novo os inquilinos tomarem posse, até que a questão se derima nas respectivas instâncias. Por enquanto, vai bem. A ver vamos depois como se faz justiça, ou se surge um novo interessado.

Pelo mesmo despacho é levado o senhorio à cadeia a cumprir seis meses de prisão correccional. Porque? Pelo seu acto de vandalismo e verdadeiro fascista?!

Pelo seu acto de conquista es destruição?

Não! isso são ninharias, pequeninas coisas de que não se deve preocupar um juiz. Mesmo não nos conformamos que um erro ou violência seja castigado com outro erro ou violência não menos injusto. Simplesmente exigimos justiça.

Porque é então condenado o furioso senhorio?

Por ter feito parte de quadrilhas de assaltantes e autores de vários furtos nos caminhos de ferro! Ah! sim, compreendemos agora como se fazem e acumulam riquezas: roubando. Pelo que se vê o homem conseguiu a fortuna em três variantes do roubo.

Roubava como senhorio; roubava dentro do balcão, (pois também é negociante); e roubava na estrada, na escuridão da noite. Afinal bate certo: o exemplo vem de cima; o roubo

é em Portugal uma lei estabelecida pelos próprios governantes, ou, pelo menos, são cúmplices do mesmo.

Uma outra coisa é para nós curiosa: um indivíduo comete atropelos, excita os ânimos com uma violência, promove a desordem, e é condenado por outro crime!

Então a sua violência, praticada com a aquiescência duma autoridade, contra cerca de 100 criaturas, desalojando-as, atirando com elas à rua, não é causa suficiente para que se possam exigir responsabilidades? Eles lá sabem...

Os inquilinos, os desprotegidos, o que devem, quanto antes, é fazer da sua consciência e da sua razão, uma forte lei, que detenha, por todas as maneiras, até à mais extrema, a usurpação secular dos gatunos de todas as côres e feitios...

Gaia, 9-7-1923.

SOUVARINE.

Do que se sabe

NA RÚSSIA TAMBÉM HÁ GREVES

Pelo que nos contam os convertidos parece que não devia haver greves na Rússia; mas há greves e conflitos entre o capital e o trabalho, tal como aqui ou noutro qualquer país as há de haver enquanto o capital não for abolido, ou ele seja tido como necessário por uns quantos que o acumulam para... fazer trabalhar os outros.

Pois, é verdade, há greves na Rússia. E aqui, a seguir, damos uma estatisticazinha bem curiosa para elucidação de quem queira saber. Foi publicada pelo Bureau Internacional:

O número de conflitos sustentados pelos sindicatos de Moscú e Petrogrado, só nos primeiros nove meses de 1922, foi de 80,85, e o número de trabalhadores que neles tomaram parte foi de 123.537. Para que se avalie a progressão em que aumenta o número de greves e de conflitos entre operários e patrões na Rússia, deve notar-se que no primeiro trimestre houve 754, no segundo 3.313 e no terceiro 4.018.

Deve notar-se também que, até 1922, os dirigentes bolchevistas mantiveram o princípio do trabalho obrigatório, sendo as greves consideradas ilegais, obrigatoriedade e lei que foram abolidas à medida que a nova (ou velha) política de relações

económicas foi restabelecida, entre os trabalhadores e o patronato.

Este facto proporcionou aos sindicatos a possibilidade de recomeçarem a luta contra os patrões; e o Conselho Central dos Sindicatos Russos, depois de discutir esta questão, apresentou-a na quinta conferência sindical, em Setembro de 1922, que estabeleceu os seguintes princípios:

Existe, em princípio, o direito à greve contra o patronato e contra o Estado, recomendando-se, contudo, que só deve ser utilizada esta arma depois de esgotados todos os métodos de conciliação.

Seria interessantíssimo reproduzir para aqui todos os obstáculos que na Rússia se opõem às greves e ameaçam os grevistas; mas o espaço não-no-lo permite, convindo porém acentuar ou não deixar de fazer saber que 95 por cento das greves teem sido declaradas por questões de salário, algumas por insuficiência e outras porque os salários não são pagos quando o devem ser. E, sobre tudo, o que queremos deduzir desta tradução é que os convertidos cada vez nos convencem menos com a sua cópia de revolução imediata, para manter o patronato, o salariato, as greves, a fartura de uns e a fome de outros, o luxo dos dirigentes e dos senhores da terra e das indústrias e a miséria dos que trabalham para sustentar esses zangãos.

Não, a nossa revolução, aquela que pretendemos e pela qual trabalhamos, é muito diferente. E não trabalharemos por outra para não termos que nos arrepender de, no fim da luta, ver mantidos e consolidados com novo rótulo todos os obstáculos que hoje impedem a todos os gosos da liberdade e do bem estar sobre a terra. Fazer a revolução social para continuar a haver greves porque há patrões, amos e senhores, confessemos que nessa não caímos nós.

M. H.

NÚCLEO JUVENTUDE SINDICALISTA DE GAIA

Este núcleo efectua hoje 15, impreterivelmente, a sua anunciada Velada Social, pelas 15 horas, com um brilhante programa. Já se encontram inscritos grande número de camaradas que tomarão parte na mesma.

Lembra-se a todos os trabalhadores conscientes e em especial aos jovens do Porto e Gaia, que, é um dever auxiliar estas festas pelo menos com a sua comparência.

Deus, Cristo, Religiões e Padres

A idea de Deus foi a observação, feita pelos homens primitivos, do movimento aparente do sol, porque, pensavam eles, movendo-se este, devia ser vivo, aquecendo e desenvolvendo a vegetação, seria um ente benéfico e, caminhando pelas alturas, um ser superior.

Os egípcios, adoradores do sol, davam-lhe o nome de Horus, ao nascer, e Osiris no poente; os gregos chamavam-lhe Apollo ou Phebo; os persas chamavam-lhe Ormuz, que quer dizer: o deus da luz; na Índia chamavam-lhe Deva, que traduzido quer dizer brilhante; e da palavra «deva» veio a actual palavra «deus»; mais tarde os gregos chamaram-lhe Theos, o corredor, porque o viam correr no céu. Theos veio do verbo «tein», correr, e de Theos vem theologia; e de theologia vem theólogo: nome que adoptam os ministros da religião cristã, os criminosos que espalham a mentira.

A terra, durante o seu curso anual em volta do sol, passa diante de doze constelações, grupos de estrelas, donde resultou a idea de dividir o ano em doze meses. Como o sol gasta seis meses, (seis períodos de tempo), acima de nós, produzindo o tempo quente em que a natureza se desenvolve, para em seguida o mesmo sol repousar durante outro período — o inverno, de aí o dizer-se que a divindade (o sol) levou seis dias a produzir, isto é, a criar o mundo.

A idea de Deus, constitui hoje, uma intolerável mentira espalhada pelo padre.

A religião católica, uma das mais recentes, mas de todas a mais grosseira, nada apresenta de novo, sendo como todas as outras, uma invenção, uma mentira, alicerçada na ignorância.

Toda a sua oratória, toda a sua doutrina, foi copiada dos «Vedas» ou livros sagrados dos índios, e retocada, de modo a retirar-lhe aquela adoração do sol tam clara que os antigos usavam, envernizando-a com um pouco mais de confusão para conseguir os seus fins especulativos de perpetuidade da ignorância, aliados ao carro da tirania.

Vejam, pois, esta oração, inserta nos livros sagrados dos índios, escritos muitos séculos antes da era cristã:

«Creio em Deus, o pai omnipotente, criador do céu e da

terra e em Jesus Cristo, seu filho único, luz da luz que não foi criado, mas gerado, consubstancial ao pai, que desceu do céu, que foi concebido no seio da virgem Maria pela operação do Espírito Santo e que depois da sua morte, subiu ao céu; creio no Espírito Santo que reanima a vida, que procede do Pai e do Filho, que, com o Pai e o Filho, é adorado e glorificado».

Convém traduzir, isto é, revelar o mistério ou segredo desta oração ou credo:

O homem primitivo conseguiu fazer lume, friccionando dois paus em cruz.

Esse fogo produzido queimava como o sol, e por isso a cruz foi considerada como um símbolo santo e venerado. Era esse o espírito santo. Esse fogo foi considerado como filho único de Deus (do sol); sendo fálha, supozeram-no um sol-menino filho do primeiro. Depois, passou a introduzir-se numa cavidade feita num dos paus, uma herva seca, chamada Maia ou Maria, que friccionada pelo segundo pau, produzia o fogo. Essa herva, para se tornar mais combustível, era untada com óleo, e a palavra «cristo» quer simplesmente dizer «untado» ou «ungido». O fogo ou cristo, foi pois, filho da Maia ou Maria, isto é, da erva.

Era interminável a crítica às absurdas teorias que nos impingem os padres, seres senis, cujos resultados perniciosos se vêem nas perseguições, nos crimes abomináveis praticados à sombra dessa coisa chamada religião.

Sendo as religiões um conjunto de absurdas mentiras, um interesse mercantil e parasitário, nós pasmamos ante as afirmações de doutas criaturas, ante a sua audácia, quando afirmam a necessidade da moral religiosa na sociedade.

Até já a mentira se chama moral!...

Que nos diz o douto cidadão, que se oculta sob o anonimato, e que com o pseudónimo X alcandorado no *Ecos da Ave* nos dirigiu alguns coices?

Ainda continua a ministrar dentro do Círculo católico as afirmações mentirosas, próprias dum louco, sobre as belezas da fantasia religiosa, proibindo ao auditório o livre exame, e negando o valor de tudo o que se encontra escrito sobre ciência?

A nossa missão é dum valor moral nobre no debelamento da ignorância; e, como o julgamos um ignorante, alheado da ciência, aconselhamos-lhe a análise destas considerações científicas.

Com vista também áquele masmarro que, em Grijó, procura avassalar com a sua autoridade de sátiro, todo o povo daquele lugar, em especial o elemento feminino, de quem se tem apossado da honra e do dinheiro, com a ajuda dum escorropicha-galhetas, antigo *democratoide*.

Até à próxima. ATEU.

Solidariedade Pró Nunes Canha

Transporte . . . 320\$20

LISTA N.º 1

(A cargo de Albertino Gomes)

Francisco da Cunha . . .	10\$00
Jaime A. Almeida . . .	2\$50
José Monteiro . . .	5\$00
João A. de Deus . . .	5\$00
Manuel M. Júnior . . .	1\$00
António R. da Silva . . .	1\$00
António F. da Silva . . .	1\$00
Casimiro Moutinho . . .	1\$00
António M. Ferreira . . .	1\$00
Manuel Fernandes . . .	1\$00
António da Silva . . .	1\$00
António d'Abreu . . .	1\$00
Francisco Malheiro . . .	1\$00
Francisco dos Reis . . .	1\$00
Bazílio Meireles . . .	1\$00
António Cardoso . . .	1\$00
Isaias da Rocha . . .	5\$00
Joaquim L. Madureira . . .	1\$00
António Nunes . . .	1\$00
Francisco de Oliveira . . .	5\$00
José M. Peixoto . . .	1\$00
Adelino Vilaça . . .	1\$00
Manuel João . . .	1\$00
António M. Ferreira . . .	2\$50
José M. Monteiro . . .	2\$50
Bento M. da Costa . . .	1\$00
José Fontes . . .	2\$50
João B. Pereira . . .	1\$50
Albertino Gomes . . .	3\$00
Emídio Rocha . . .	2\$00
João B. Silva . . .	5\$00
Sousa Júnior . . .	2\$50

Soma . . . 58\$50

(Lista a cargo de A. A. de Sá)

António A. de Sá . . .	2\$00
Aurélio Figueiredo . . .	1\$50
Américo Ferreira . . .	1\$00
Francisco Adão . . .	1\$00
Inácio A. da Silva . . .	1\$00
Ilídio Costa . . .	5\$00
João Teixeira . . .	5\$00
José Pinto . . .	5\$00

Soma . . . 8\$00

2.ª Subscrição angariada pelo Grupo da Moita do Ribatejo . . . 24\$00

Alte:

José P. Guerreiro . . . 2\$50

Carvalhos:

Manuel P. da Mota . . . 5\$00

Amarante:

Amilcar da Silva . . . 1\$00

Pôrto:

José Gonçalves . . . 1\$00

Ninguém . . . 5\$00

G. Anarkista (A Plebe) . . . 4\$00

A. S. (tamanqueiro) . . . 1\$00

Lisboa:

Saraiva d'Aguiar . . . 2\$50

A transportar . . . 423\$70

O Vieira Marques

„Quem há, aí, que não conheça o Vieira Marques, o celeberrimo chefe da policia de segurança do tacho, que, entre outras patifarias, matou, na rua de Cedofeita, um oficial do exercito e um operário, indefesos, e deixou, quase ás portas da morte, um pobre *chauffeur*? Sim, quem há, aí que não o conheça?

Pois este malvado, depois de ter sido lacão da patronal, da burguesia, e do Estado; depois de ter sido um grotesco sabujo de todos os individuos que lhe atiraram ossos para êle chuchar, aparece-nos, agora, felto «ponto» da companhia Palmira Bastos I

Nós, que sofremos e continuamos a sofrer as últimas por causa deste e doutros malandrões como este, não lhe queremos mal. E' que respeitamos muito a Associação protectora dos animais. O que queremos, apenas, acentuar, é isto: a burguesia e o Estado servem-se dos tiranetes ridiculos—os bichos' que se prestam a tudo—; e, depois, dá-lhes um formidá-

vel pontapé no *sim senhor*, deixando-os ao abandono. E' por isso que, agora, vamos ver o Vieira Marques, acurrado numa cúpula, soprando palavras aos actores, para ganhar uns miseros cobres, êle, que, quando era *mandante* da policia do tacho, impava orgulhoso, sorridente, olimpico, por essas ruas fora, como um César romano, como um Napoleão, na mira de obrigar a própria torre dos Clérigos a fazer-lhe a continência, quando êle por lá passasse, à cata de bolxevistas, de sindicalistas e de anarquistas...

O que é a vida dos tiranetes ridiculos; o que é a vida daqueles que tem formas humanas, mas que possuem educação de escravos, alma de bandidos e prosápia de autoridade I

Pobre Vieira Marques! Não te queremos mal. Lamentamos-te, apenas. Querias subir aos pináculos da mais alta montanha e foste cair... numa cúpula de ponto.

Ai, com certeza, não matarás impunemente oficiais do exercito nem operários,—por que não terás a defender-te a carcassa uma coorte... de Vieiras Marques...

Percebes?...

Subscrições

O apêlo que em um dos anteriores números de *A Comuna* fizemos inserir pró Nunes Canha, e, as importâncias subscritas que para o mesmo veem sendo publicadas nestas columnas, sensibilizou sobremaneira os camaradas de *O Despertar*, incitando-os a seguir o mesmo exemplo, discordando apenas na inserção individual das importâncias.

Muito amigavelmente, e, porque nos ligam relações de boa camaradagem com os mesmos, entendemos, como boa oportunidade, revelar-lhe as nossas intenções, que ainda se não modificaram quanto ao assunto.

Sac múltiplas as vantagens. Vaidade não, nem mesmo queremos dar vulto a semelhante predicado em casos que só se devem aceitar como solidariedade.

Mas... supunhamos que, quem contribuir é com a filantrópica vaidade de vêr o seu nome estampado?!...

Não importa. Registamos, porque de resto a solidariedade afirma-se.

O nosso interesse é sobretudo o estímulo e o incitamento, aliado a clareza, rectidão e honestidade com que devem ser tratados estes assuntos.

Procedendo assim, sentimo-nos de bem com a nossa consciência, e, os contribuintes ficarão, pelo menos, com a certeza de que a sua solidariedade prestada não foi desviada.

Não damos a ninguém o direito de nos julgar menos honestos, mas achamos razoavel que aos contribuintes, quer nos solicitem, quer voluntariamente, da nossa parte, se lhes dê informes do resultado das subscrições.

Muitas, muitíssimas vezes se tem seguido o contrário disto. E' bom que o evitemos.

Algumas subscrições se tem tirado, não só para classes, mas também para camaradas, e, até hoje, nem um só dos contribuintes conhece o quantum da solidariedade prestada ou das despesas que porventura se fizeram.

Nêste sentido algumas perguntas nos tem sido dirigidas.

Não duvidamos do carácter de quem toma à sua responsabilidade em tais assuntos, mas, camaradas, pretendemos tã sómente, com estas considerações, mesmo muito oportunas, justificar a nossa attitude.

De resto, só em casos muito excepcionais, em que não são admissiveis revelações, seguiremos o contrário.

A. TEIXEIRA.

Grupo editor

de «A COMUNA»

Reune amanhã, segunda-feira, às 21 horas, para assunto importante.

„Regeneracion„

Dos nossos camaradas Enrique Magon e Tereza Magon, do México, recebemos uma extensa circular-apêlo pró publicação de *Regeneracion*.

Transcrevemos as suas passagens mais tocantes, que deverão interessar todos aqueles que reconhecem o valor e necessidade da publicação dum órgão como o que êles pensam editar.

«Sempre dispostos a tudo, pelo bem de todos, desejamos publicar *Regeneracion*. Porém, sabe! que somos simples trabalhadores, pobres, sem dinheiro para publicá-lo e assegurar-lhe a vida enquanto a tirania não volver a suspendê-lo.

Quereis que publiquemos *Regeneracion*? Ajudai-nos duma maneira franca e decidida.

Para assegurar a vida do periódico: imprensa, aluguer da sede e instalação, etc., são precisos uns quatorze mil pesos, ouro nacional. Para reunir esta importância devem tender os nossos primeiros esforços.

De todos desejamos, que nos ajudem de alguma das maneiras seguintes: com dinheiro, que pode ser enviado a Enrique F. Magon—Apartado 2047—México, D. F.—Incitando outros camaradas a fazer o mesmo.—Fazer com que todos leiam este apêlo.—Levá-lo às organizações operárias e solicitar-lhe a sua atenção.—Fazer com que este apêlo seja publicado em toda a imprensa operária, e que abram nas suas columnas subscrições pró *Regeneracion*.—Enviando-nos listas de nomes e direcções de organizações e militantes que queiram subscriver *Regeneracion*.—Estabelecer e conservar grupos pró *Regeneracion*, que sejam centros acratas e de agitação e propaganda, ao mesmo tempo que vigiem pela vida e circulação do periódico.»

Esta circular, da qual apenas transcrevemos alguns períodos, vem assinada por Tereza Magon e Enrique F. Magon.

Que a atendam todos os trabalhadores e militantes.

CORREIO DE «A COMUNA»

LISBOA—Correa Barreira. Recebemos 20\$00, ficando pago até ao n.º 23.